Reinos em guerras, infantas aflitas: a mulher nas vicissitudes políticas das monarquias Ibéricas medievais

Reigns in war, afflicted infantas: the woman in the political vicissitudes of the medieval Iberian monarchies

José Carlos Gimenez[1]
Universidade Estadual de Maringá

Resumo

Durante a Baixa Idade Média, as monarquias Ibéricas recorreram, com muita assiduidade, à promoção de diversas alianças matrimoniais com o intento de cooperação entre os reinos. Essas alianças envolviam, na maioria das vezes, uma ação na tentativa de superar os momentos de profunda instabilidade política e social pelos quais passavam as referidas monarquias. No entanto, esses acordos nem sempre foram consistentes, uma vez que dependiam das vicissitudes política dos reinos envolvidos, das quais foram adeptos os reis de Portugal D. Dinis, D. Afonso IV, e de Castela durante os reinados de Afonso X, Sancho IV, Fernando IV e Afonso XI, assim como o rei de Aragão, Jaime II.

Palavras-chave:Instituições Políticas Medievais; Reinos Ibéricos; Alianças Matrimoniais.

Abstract

During the Late Middle Ages, the Iberian monarchies assiduously arranged the advance of matrimonial alliances with the intention of having cooperation between the reigns. The alliances involved, most of the time, an attempt of overcoming the political and social instabilities that the monarchies were going through. Nevertheless, the agreements were not always consistent, once they depended on the political vicissitudes of the reigns involved. The adherents of these agreements were the kings Dinis and Afonso IV of Portugal, and during the reigns of Afonso X, Sancho IV, Fernando IV and Afonso XI of Castile, as well as Jaime II of Aragon.

Key-words: Medieval Political Institutions; Iberian Reigns; Matrimonial Alliances.

- **Enviado em: 07/10/2011**
- **Aprovado em: 25/11/2011**

[1] Professor de História Medieval na Universidade Estadual de Maringá – Pr.

No contexto medieval, as monarquias Ibéricas promoveram diversas alianças matrimoniais com propósitos políticos. Na maioria, esses arranjos matrimoniais eram selados pelos reis e pelas rainhas quando os seus filhos ainda estavam na infância, portando sem qualquer ciência por parte dos futuros casais. Apesar disso, quando analisamos essas ocorrências, percebemos que algumas alianças se concretizaram e foram duradouras, entretanto outras foram breves ou se modificaram conforme a evolução política dos reinos envolvidos.

Constatar apenas que essas alianças fazem parte de uma longa tradição da política Ibérica medieval, como muitas vezes destaca a historiografia referente a esse momento, não revela a sua profundidade uma vez que elas devem ser estudas não apenas no momento da "assinatura", mas também como esses consórcios são retomados e atualizados nos discursos políticos para solucionar uma querela do momento. Outra questão importante sobre essas práticas diz respeito à abrangência política dessas alianças. Quando formalizadas ou concretizadas, elas podem revelar interesses os quais ultrapassavam as fronteiras dos próprios reinos diretamente envolvidos, uma vez que, muitas vezes, elas mobilizavam e serviam aos interesses não apenas da Península Ibérica, mas também da França, da Inglaterra, do papado, do sacro império germânico, entre outros.

Como afirmamos, essa prática pode ser observada em diversos momentos da história peninsular, principalmente em ocasião de grande tensão política. No entanto, a discussão que propomos é uma abordagem sobre essas alianças no contexto das crises sucessórias dos séculos XIII e XIV em Portugal durante os reinados de D. Dinis (1279-1325) e D. Afonso IV (1325-1357) e, em Castela, durante os reinados de Afonso X (1252-1284), Sancho IV (1284-1295), Fernando IV (1295-1312) e Afonso XI (1312-1350).

Naqueles séculos, os dois reinos passavam por profundas conturbações políticas e uma das possibilidades para superá-las era a busca de cooperação do reino vizinho e, afim de que esse acordo ganhasse relevância, os debates em torno dos possíveis matrimônios entre os membros das duas realezas eram assuntos de primeira ordem, uma vez que, na pauta dessas discussões, reis e rainhas transformaram filhos, irmãos, sobrinhos e netos em indivíduos imprescindíveis para os acordos políticos.

Para nos certificarmos da importância e das conseqüências políticas desses acordos, basta tomarmos como exemplo o contexto da crise sucessória no reino de Castela o qual envolveu também os reinos de Portugal e de Aragão. A crise castelhana origina-se das disputas pela sucessão ao trono durante o reinado de Afonso X, o sábio. De acordo com o direito tradicional, quem deveria assumir a direção do reino, após da morte deste rei, era o seu filho primogênito, Fernando de Lacerda. Porém, com a morte deste, abriu-se um período de intensa conturbação política entre

Afonso X e o seu segundo filho Sancho, futuro Sancho IV e dividiu o reino castelhano em forças políticas inconciliáveis.

Afonso X e o seu outro filho, o Infante D. João, apoiavam como herdeiros naturais da coroa Fernando e Afonso de la Cerda, filhos do primogênito falecido. Os partidários do rei baseavam-se no fato de que, no leito de morte, Fernando de la Cerda, a fim de defender e garantir os direitos sucessórios de seu primogênito havia nomeado como tutor de seus filhos Juan Núñes de Lara, um dos mais prestigiados e poderosos nobres castelhano da época.[2] Garantir a sucessão do trono do reino de Castela aos infantes de la Cerda foi assunto que também despertou preocupação e ingerência de outros reinos na política castelhana, principalmente porque eles tinham ligações de parentesco com Aragão e com a França. D. Violante, esposa de Afonso X, e avó dos infantes, era irmã de Pedro III, rei de Aragão, e Branca, mãe dos órfãos, era filha de Luiz IX, rei da França e futuro São Luiz. Quando a avó, a nora e os infantes foram buscar apoio do rei de Aragão para a causa sucessória, o rei aragonês aprisionou os infantes e passou a negociá-los conforme os desdobramentos políticos se apresentavam. Isso ficará evidente quando os monarcas aragoneses, em posse dos infantes, transformam-nos em artifícios dos acordos com Castela e com a França. Diferentemente das imagens de passividade que, muitas vezes, atribuem-se ao papel da mulher na Idade Média, aqui vemos avó e mãe em plena ação para preservar os direitos dos herdeiros.

Nessa mesma época, em Portugal, a situação política também era conturbada e evolvia a disputa pelos direitos ao trono entre o rei D. Dinis e o irmão, o infante d. Afonso. Essa contenda tinha raízes na conjuntura política instalada em Portugal com a deposição do Rei Sancho II e a subida ao trono de Afonso III (pai de ambos) em 1248. O novo rei, mesmo antes de desfazer o acordo matrimonial das primeiras núpcias que havia assumido com a condessa de Bolonha, pactuou uma aliança com Castela e se casou com Beatriz, filha bastarda do rei castelhano Alfonso X. Essa aliança provocou uma longa crise política entre Portugal e a Igreja Romana e, nem após a morte da Condessa de Bolonha, por volta de 1259, esse casamento ficou livre da condenação papal, pois, aos olhos da Igreja, ele permanecia ilegítimo pelo grau de parentesco que havia entre os cônjuges.[3]

Como se pode observar, temos dois reinos em tensão política, porém que tentam, entre outras medidas, solucioná-la por meio de alianças políticas apoiadas em matrimônios. No caso português, o infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, sabendo que o rei português apoiava Sancho contra Afonso X, saiu em defesa do avô e ainda casou as filhas com importantes famílias da nobreza castelhanas dos Castro, Haro, Teles e Lara e, alguma delas contrárias às pretensões de Sancho pela herança do trono. É importante ressaltar que o irmão de D. Dinis era casado com Violante Manuel, filha de João Manuel, segundo varão do rei Fernando III de Castela.

---

2 GONZÁLEZ MINGUÉZ, C. *Fernando IV (1295-1312).* Palencia: Editorial la Olmeda, 1995

3 BRANDÃO, F. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976, Parte V, p. 38

A despeito dessas divergências, Ladero Quesada afirma que é necessário considerar também que os reis de Portugal e Castela lutavam contra forças que se opunham ao processo de centralização política em seus reinos. Sendo assim, buscar, nesses acordos externos, forças aliadas para vencerem seus inimigos internos era uma política de esforços dos reinos ibéricos para consolidar a autoridade monárquica por meio de um programa de centralização política frente às insatisfações e revoltas.[4]

No caso castelhano, essas disputas prosseguiram após a morte de Afonso X, em 1284, e dava-se de maneira particular entre a família dos Lope Diaz de Haro, partidária de Sancho IV, contra a família de Álvaro Nunes de Lara, e que encontrou no infante português, D. Afonso, irmão de D. Dinis, um importante aliado contra o Rei castelhano. O Infante Afonso, alicerce da nobreza portuguesa contra D. Dinis, e Álvaro Nunes de Lara, partidário dos infantes de La Cerda e representante dos nobres que se opunham ao Rei castelhano, faziam dos territórios que dividiam os dois reinos o núcleo das operações contra os Reis de Portugal e de Castela. Sensibilizados com esses problemas de ordem política, os dois reis realizaram vários encontros e trabalharam conjuntamente com o objetivo de estabelecer estratégias para submeter os revoltosos.

No entanto, o acordo mais decisivo na tentativa de estabelecerem uma aliança de cooperação recíproca deu-se na Cidade Rodrigo, em setembro de 1291, local e data em que D. Dinis e Sancho IV acordaram o casamento de seus filhos. Realizaram um acordo – promessa de futuro – em que Fernando, herdeiro do trono castelhano, casaria com a Infanta Constança, filha de D. Dinis. Nesse mesmo ano, Sancho IV estabeleceu um compromisso de defesa mútua com Aragão e pactuou uma aliança matrimonial da sua filha Isabel, em 1291, com o rei Jaime II. A vida desse monarca também é um exemplo apropriado para entender a importância das alianças matrimoniais para fins políticos, pois, além do matrimônio com a infanta castelhana, ele ainda se casaria com Branca, filha do rei Carlos II de Nápoles, em Maria de Lusignan, filha de Hugo III, rei de Chipre e de Jerusalém e com Elisenda de Moncada, filha de Pedro Moncada, senescal de Aitona.

O acordo entre Portugal e Castela, no entanto, em breve se mostraria frágil e, mais uma vez, afetaria as alianças matrimoniais. Em 1294, Sancho IV, na tentativa de ampliar suas alianças políticas, buscou uma aproximação com a França e ofereceu o mesmo filho o qual oferecera ao rei português ao rei da França para que o casasse na corte francesa. Porém, o rei castelhano, já doente, amargava como uma das suas maiores derrotas políticas, o fato de nunca ter conseguido a dispensa papal ao seu casamento, e, quando morreu, em abril de 1295, com 37 anos, deixou um herdeiro com pouco mais de dez anos idade e um reino ainda divido pelas contendas e rivalidades com os infantes

[4] LADERO QUESADA, M. A. Reconquista e definiciones de frontera. Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval - As Relações de fronteira no século de Alcañices, In *Revista da Faculdade de Letras – História.* Porto: Revista da Faculdade de Letras. Vol. XV, t. 2, II série, 1998, p. 681

de La Cerda e os seus partidários e incertezas quanto ao futuro do reino. Sobre isso, um testemunho da época assim escreveu:

> Y allí, el martes 25 de abril del año del nacimiento de Cristo de 1295 cerré sus ojos antes de consolar a María de Molina, su esposa, sobre la que había depositado en su testamento la pesada carga de la tutoría del nuevo soberano. Una mujer desamparada en medio de un mundo de hombres. Estoy cansado de portar de las causas perdidas. (…) A la mañana siguiente tomé al joven infante Fernando, a quien se despojó de los paños de márfaga que vestía y que fueron cambiados por otros más nobles de tartarí. De la mano le llevé ante al altar de la iglesia mayor de Toledo, donde se le exigió que jurase guardar los fueros a los hijosdalgo y a todos los otros sus vasallos. Un silencio sepulcral se entendió luego por la basílica toledana, pues nadie se atrevía a recibirle por rey y señor. Miré a doña María, su madre, vencida por la pena, derrotada antes de embrazar el escudo que necesitaba para combatir a este último enemigo...[5]

Na tentativa de superar antigas rivalidades, de restaurar ou de ampliar acordos políticos, as alianças matrimoniais continuaram com muita intensidade durante o reinado de Fernando IV de Castela. Já Jaime II de Aragão aliou-se à França e reconheceu Afonso de La Cerda como único herdeiro do trono castelhano, rompendo assim, após quatro anos, um acordo político e uma aliança matrimonial, uma vez que *el matrimonio con la infanta Isabel de Castilla, hija de Sancho IV y de Da. María de Molina, a pesar de haber ostentado dicha infanta el título de reina de Aragón durante el tiempo que vivió en esta corte, quedo sin efecto por renuncia del monarca antes de haberse consumado*.[6]

Para Portugal, a inexperiência política do jovem monarca castelhano e as divergências internas daquele reino representaram um momento oportuno para redefinir suas alianças políticas. Isso fica evidente quando D. Dinis auxiliou os infantes de La Cerda contra o exército castelhano. Porém, devido à diplomacia dos dois reinos, Portugal e Castela reaproximaram e assinaram, em 1297, um novo acordo de cooperação e amizade. O Tratado Alcañices, além de dirimir as disputas entre os dois reinos, possibilitou a conformação final do território português como hoje o conhecemos[7] A confirmação desse acordo se deu por meio do matrimônio dos infantes D. Afonso com a D. Beatriz, de Castela, e Fernando IV, de Castela, com D. Constança, de Portugal.

> Pouco era a idade dos contrahentes. Delles o que mais annos tinha, era elRey Dom Fernando, que então prefazia onze & noue meses, por auer nacido de oitenta & sinco em seis de Dezembro dia de São Nicolao. A Infanta Dona Brites sua irmãa não tinha quatro annos perfeitos, sendo seu nacimento na cidade de Touro no anno de mil duzentos & nouenta e três. O nosso Infante Dom Afonso não chegaua a sete

5 TORRES, M. *Enrique de Castilla*. Barcelona: Plaza Janes, 2003. p. 451-452

6 MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. *Jaime II de Aragón: su vida familiar*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948, 3v, p. 3

7 FERNANDES MARQUES, M. A. As etapas de crescimento do reino. In *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325), do condado portucalense à crise do século XIV*. (Dir. SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O.), Lisboa: Presença, 1996, v.3, p.63-64

> cõpletos, contandoos de oito de Feuereiro do ano mil duzentos & nouenta hu em que naceo, atè o mez prezente de Setembro. Sua irmã a Infanta Dona Constança hum anno tinha mais, mas não enchia ainda os oitos perfeitamente. ElRey Dõ Fernando se desposou por si com a Infanta Dona Constança, & o Infante Dom Alfonso por procuradores com a Dona Brites, na forma que nestes casos dispoem o direito.[8]

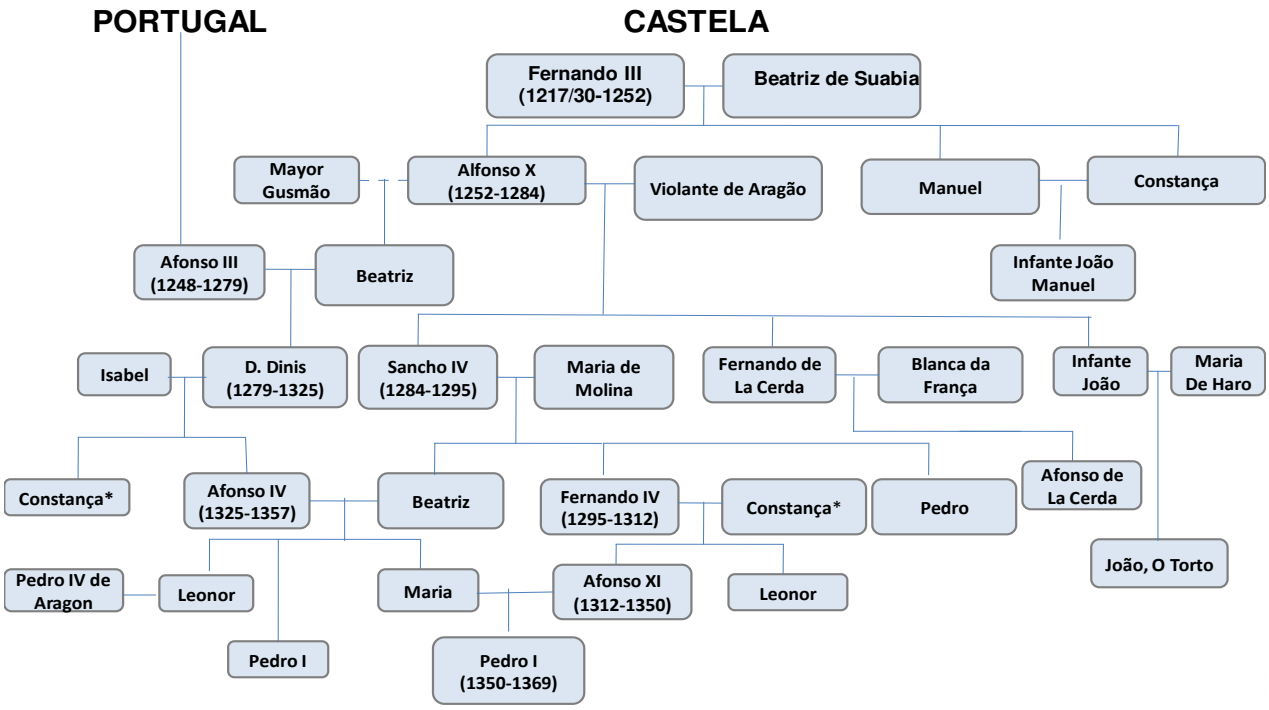
Se, por um lado, a pouca idade dos infantes não era impedimento para que as monarquias ibéricas realizassem seus acordos políticos e colocassem um termo nas suas divergências de momento, por outro, no futuro, o grau de parentesco por consanguinidade poderia suscitar questionamentos por parte de quem se sentia desfavorecido no acordo. Nesse aspecto, os que se sentiam prejudicados recorreriam à Igreja solicitando anulação dos mesmos, mas, em última instância, prevaleciam os acordos firmados à revelia dela, como aconteceu no caso de Alcañices.

> E des emtam forom estes Rejs bem aujmdos e mujto amjgos. Partiose dahy el Rey D. Fernando, e leuou com sygo a Rainha Da Costança. E Elrey D. Denjs trouxe a Jffamte Da Brjatiz, jrmam Del Rey D. Fernando, filha deRey D. Sancho e Da Rainha D. Maria, por esposa do Jfamte D. Alfonso, seu filho. Trouea sempre comsyguo, ate que depojs casou. E ao Jffante deu loguo sua casa, porque ele emtom nom fose de ydade majs de sejs anos [...][9]

Os filhos dos reis de Portugal e os filhos dos reis castelhanos eram parentes por consangüíneos, pois os infantes Afonso e Constança, de Portugal, assim como os infantes Fernando e Beatriz de Castela eram netos de Afonso X, porque D. Beatriz, mãe do rei D. Dinis e Sancho IV, rei de Castela, eram filhos de Alfonso X, rei de Castela.

8 BRANDÃO, Frei Francisco. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976, Parte V, p. 225

9 FERNÃO LOPES. Crónica de D. Dinis In *Crónicas dos sete primeiros Reis de Portugal*, Ed. de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1953, vol. II, p. 45



* Trata-se da mesma pessoa.

A aliança entre Portugal e Castela sancionar-se-ia em 1302, por meio da confirmação definitiva das bodas de Fernando IV com a infanta Portuguesa, diante da pressão da nobreza e da crise geral do reino que, segundo os autores Coria e Francia,

> La boda del rey en 1302 supone la confirmación definitiva de alianza portuguesa y del alejamiento del otrora el poderoso infante don Henrique, que morirá el año siguiente en Roa, una de sus posesiones más preciadas. Los rumores de una mala gestión de las cuentas en su minoría, auspiciadas por parte de la nobleza que quería indisponer al rey con su madre, se saldan en las Cortes de Medina de 1302. Pero lo que no parece más interesante es la consolidación de dos banderías nobiliares que tienen como cabezas, respectivamente, a don Juan Núñez y el infante don Juan de, una parte, y al linaje de los Haro, el infante don Enrique y don Juan Manuel, de otra.[10]

As alianças matrimoniais voltariam ao cenário da política Ibérica com a morte inesperada do Rei castelhano Fernando IV, em 1312, poucos meses antes de completar 27 anos de idade e da coroação de seu filho, Alfonso XI. Com essa mudança, abriu-se, novamente, um período de grande instabilidade política naquele reino e, mais uma vez, a monarquia castelhana enfrentaria o desgaste político causado pelas disputas familiares pela tutoria do novo monarca. Quando Fernando IV faleceu, seu filho Alfonso XI (1312-1350) só tinha um ano de idade, o que determinava a necessidade de constituir um princípio de regência por meio de tutores. Nesse sentido, durante toda a minoridade do novo rei, Castela viveu um longo período de desordem

[10] CORIA COLINO, Jesús; FRANCIA LORENZO, Santiago. *Reinado de Fernando IV (1295-1312).* Palencia: Aretusa Ediciones, s/d, p. 28

política, principalmente, nos anos transcorridos entre a morte da Rainha avó, Maria de Molina (1321) e a proclamação da maioridade do rei em 1325.

Assim, o período de menoridade de Alfonso XI também foi marcado pela influência da política portuguesa e aragonesa no reino castelhano. Para Jaime II, era fundamental manter uma boa relação com as linhagens mais importantes de Castela e, mais uma vez, a pacificação reino desse território representava, para o Rei aragonês, a tranquilidade necessária para seu eterno projeto de conquistar de importantes territórios no Mediterrâneo. Segundo García Fernándes, o trabalho de pacificação do reino vizinho conferia a D. Dinis autoridade entre os membros mais destacados da sociedade política castelhana, componente importante para conduzir as atividades de repovoamento de parte da Península e de concretizar Lisboa como um importante porto aberto, a fim de facilitar as rotas de comércio das cidades portuárias da Andaluzia.[11]

Durante a primeira tutoria de Alfonso XI (1312-1319), o Infante Pedro, irmão de Fernando IV, portanto tio do Rei menino, e o Infante João, irmão de Sancho IV, deste modo, tio-avô de Alfonso XI, transformaram-se nos principais personagens na luta pela tutela do novo Monarca.[12] Porém, na tentativa de ampliarem suas influências sobre o reino castelhano, os reis de Portugal e de Aragão também transformaram as disputas pela tutoria do novo Rei em uma verdadeira ação de interesses familiares. Jaime II efetuou um acordo com seu genro, o Infante Pedro, tio de Afonso XI; por seu turno, D. Dinis buscou apoio no Infante João, senhor de Biscaya e irmão de Sancho IV, Maria de Molina e João Nunes de Lara, para fazer valer os direitos de sua filha Constança, mãe do Rei castelhano. Apesar de D. Constança representar, em teoria, a influência do mais alto grau do reino português na Corte castelhana, ela depositou a guarda do seu filho no Infante Pedro e no seu tio Jaime II, de Aragão.[13]

Os questionamentos relacionados à minoridade do Infante-rei expressam a própria realidade castelhana, ao exteriorizar a instabilidade da política do reino por meio de um poder o qual se alterava conforme a troca de tutores ou de regentes familiares do rei. Em razão dessas incertezas e fraquezas, às quais o reino se expunha durante a menoridade do Infante Alfonso XI, abriu-se um período favorável a brotar todo tipo de conspiração e lutas pelo poder, nomeadamente dos mais

[11] GARCÍA FERNÁNDEZ, M. La política internacional de Portugal y Castilla en el umbral de la Edad Media, Nuevas Reflexiones sobre los viejos sistemas de alianzas dinásticas Peninsulares (1279-1357). In, *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, 1992, p.71

[12] SANCHEZ-ARCILLA BERNAL, J. La primera tutoria del rey. In *Alfonso XI (1312-1350).* Palencia: Editorial la Olmeda – Diputación Provincial de Palencia, 1995, p.50

[13] GARCÍA FERNÁNDEZ, M. Don Dionis de Portugal y la minoría de Alfonso XI de Castilla (1312-1325). *Revista da Faculdade de Letras*, Porto: Faculdade de História, 1992, v.9, p. 33-34

altos domínios da nobreza que aproveitavam aquela situação, a fim de arrebatar vantagens políticas e econômicas, contribuindo, assim, para aprofundar, ainda mais, a instabilidade geral de Castela.[14]

Essa instabilidade revelou-se quando o reino castelhano ficou dividido em duas facções. Castela, Galícia, Leon e Astúrias ficaram favoráveis à causa do Infante João, tio-avô do jovem rei, e Toledo e toda a Andaluzia apoiou o Infante Pedro, tio do novo monarca. Essa divisão motivou que cada lado proclamasse cortes próprias para deliberarem sobre a política do reino. Nesse contexto de incertezas, a própria mãe do Rei, D. Constança abandonou os partidários do Infante Pedro.[15] Dessa forma, os insucessos acumulados pela Rainha Constança, na tentativa de conseguir o apoio de Jaime II e do Infante Pedro em favor da tutoria do infante Alfonso XI, provocaram, mais uma vez, alterações nos rumos da política peninsular e mostraram-se irreversíveis quando Constança, sob a promessa de que seria a tutora do Rei, reconciliou e aceitou o auxílio de João Nunes de Lara e D. Dinis.

As mortes de Dona Constança, em 18 de novembro de 1313, e de João Nunes de Lara, em 1315, foram ocorrências que marcaram gradualmente o fim da influência dos reis de Portugal sobre Castela. O afastamento desse reino dos problemas de tutorado do rei castelhano não significou que tivessem terminado, ao contrário, a primazia pela tutela do rei foi motivo de novos confrontos no reino de Castela.

Para José Mattoso, a política externa portuguesa desse período foi dominada principalmente pelas relações com Castela, com a superioridade do reino português sobre o castelhano e, ao mesmo tempo, por uma posição de aproximação com a coroa aragonesa, geralmente favorável a Dinis, cujos resultados devem-se, em parte, ao considerável papel desempenhado pela Rainha Isabel. Mattoso acredita, além disso, que, após essa data, apesar de algumas tentativas de aproximação entre Portugal e Aragão, por meio de um acordo matrimonial de Violante, filha de Jaime II, na casa real portuguesa, D. Dinis substituiu os problemas políticos externos, causados com a morte do genro e rei de Castela, Fernando IV, em 1312, e a agitação, durante a minoridade do neto, Alfonso XI, pelas preocupações internas do reino, principalmente com a Guerra Civil deflagrada a partir de 1319 com o infante herdeiro.[16]

Apesar desse distanciamento em relação à política externa marcar os últimos anos do reinado de D. Dinis, isso não significou que os reinos peninsulares gozaram, a partir de então, de um desenvolvimento imune aos acontecimentos de seus vizinhos. Quando se analisam os

[14] GONZÁLEZ MÍNGUEZ, C. La minoría de Fernando IV de Castilla (1295-1301). Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval - As Relações de fronteira no século de Alcañices, In *Revista da Faculdade de Letras – Historia*. Porto: Revista da Faculdade de Letras, Vol. XV, t. 2, II série, 1998, p. 1071-1072

[15] SANCHEZ-ARCILLA BERNAL, J. Las Cortes de Palencia de 1313. In *Alfonso XI (1312-1350).* Palencia: Editorial la Olmeda – Diputación Provincial de Palencia, 1995, p.55.

[16] MATTOSO, J. Dois séculos de vicissitudes políticas, In *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 2, p. 153

documentos da época, principalmente nas cartas trocadas entre os reinos, é possível notar que os monarcas mantinham uma política voltada aos interesses dos filhos e netos diante das sucessivas crises sucessórias. Crises que, como já se afirmou, estavam associadas aos questionamentos e à revisão de acordos matrimoniais assinados no passado, quando os monarcas eram crianças.

Como exemplo da revisão desses acordos, foram as medidas tomadas pelo rei Alfonso XI, de Castela, na tentativa de reaproximar com Portugal, o que significava romper seu casamento com D. Constança, filha do castelhano, João Manuel, para casar-se com D. Maria, filha de Afonso IV, Rei de Portugal. Essa preocupação pode ser notada por meio de uma carta que Jaime II de Aragão escreveu a D. Afonso de Portugal, rogando para que ele não permitisse que o rei castelhano casasse com a sua filha.

> Rey, fazemos vos saber que al muy noble Don Johan, filllo Del infant Don Manuel, han dado a entender que El muy noble Rey de Castiella quiere lexar La Reyna su muger, filla Del dicto Don Johan, e que entiende a tomar por muger vuestra fiya. E nos esto non podemos creer por que non cuydamos que´l Dito rey de Castiella fiziesse tamanya deshonra al Dito Johan qui es de la casa de Castiella, nin a nos qui la dita Reyna ha tan grant deudo. E como la mengua e deshonra nuestra sea vuestra, así como la vuestra tomaríamos por nuestra, rogamos vos que en ninguna manera (…) consentiessedes, por que bien conoscedes que en ello faria el dito Rey muy mala obra e gran menosprecio al dito don Johan, e a nos (…).[17]

Esses rumores transformaram-se em realidade, quando Afonso IV, de Portugal, formulou uma proposta de dupla aliança com o reino castelhano. Sua filha, D. Maria, seria entregue ao seu primo co-irmão, Alfonso XI, rei Castelhano e D. Branca, filha do Infante Pedro, de Castela, tio de Alfonso XI e de D. Maria, filha de Jaime II, que viria para Portugal para se casar com o Infante Pedro, herdeiro do trono português.[18]

Com a concretização do acordo entre Afonso IV, de Portugal, e Alfonso XI, de Castela, os dois reinos tentavam sepultar as pendências relativas aos ajustes realizados entre Alfonso XI e seus antigos tutores, D. João, o Torto, irmão do seu avô paterno, Sancho IV e D. João, filho do Infante D. João Manuel, também parente pela linha paterna. Esse acontecimento se deu quando Alfonso XI completou 14 anos, em 1325, e projetou anular um pacto feito entre D. João Manuel e D. João, o qual previa que D. João Manuel entregasse sua filha, D. Constança, para se casar com D. João, o Torto, em troca do seu apoio para a tutoria do Infante Alfonso XI. Diante dessa situação, Alfonso XI, tentando desfazer o acordo, projeta casar-se com Constança Manoel, a mesma infanta que D.

---

17 MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. AD. Alfonso de Portugal. Cartas - reg.250, f.19 In *Jaime II de Aragón: su vida familiar.* Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948. v.3. p.324-325.

18 D. Branca era filha de D. Maria, filha de Jaime II de Aragão. Apesar da tentativa da mãe, em 1322, e do Jaime II, em 1324 seu avô Jaime II, casá-la com o primo e rei castelhano Alfonso XI, o Papa João XXII foi terminante na sua negativa devido ao grau de parentesco que havia entre eles.

João Manuel havia prometido para D. João, o Torto. Essa proposta levou este último a rebelar-se contra seu antigo aliado e com o Rei castelhano, gesto que lhe custou à vida quando D. Alfonso XI mandou apunhalá-lo, em outubro de 1326.[19] Apesar dos acordos firmados para a realização do matrimônio entre Afonso XI e D. Constança, essa aliança ganhou novos contornos na política peninsular quando repudiou a esposa e se casou com a infanta Maria, filha do rei de Portugal. Tais acontecimentos inflamaram ainda mais a política peninsular quando o rei castelhano mandou enclausurar a sua ex-esposa, D. Constança, na cidade de Toro.[20]

Aragão também entrou nesse conflito, pois rompia velhos acordos, principalmente porque Jaime II, além de ter sido um dos principais articuladores do casamento de Afonso XI, com D. Constança Manuel. Na época do acordo, casou uma de suas filhas D. Maria com o Infante Pedro, irmão do falecido Fernando IV, portanto tio de Afonso XI.

A tentativa de um acordo de paz entre Portugal e Castela foi colocada em prática quando, em 1328, Afonso IV, de Portugal, entregou sua filha, D. Maria, para se casar com Alfonso XI, de Castela. Em contrapartida, o rei castelhano entregou ao rei de Portugal, sua prima, D. Branca, de Castela, a fim de que estabelecesse laços matrimoniais com o Infante Pedro, filho do rei de Portugal e herdeiro do trono. Essas indecisões e mudanças de atitudes de Afonso XI devem ser entendidas, também, como conseqüência das diversas vicissitudes e a ações movidas em torno dos diferentes grupos políticos, mais especificamente, da alta nobreza, que disputavam privilégios durante a sua minoridade. Segundo Bernardo de Vasconcelos e Sousa,

> Nesse quadro, não deixa de ser sintomático que a 25 de Março de 1328 estes dois reis tenham estabelecido entre si um contrato pelo qual confirmavam todos os tratados e acordos anteriormente celebrados pelos seus respectivos pais, D. Dinis e Fernando IV. Em rigor, não nos encontramos perante um tratado, mas antes face a um documento em que se confirmam e reafirmam os tratados e acordos realizados entre os antecessores imediatos dos dois soberanos.[21]

Tal aliança logo se mostraria, mais uma vez, inconsistente, pois, alegando que a infanta Branca era doente e que não poderia ter filhos, o Infante Pedro a repudia e se casa com a infanta D. Constança Manuel, ex-rainha de Castela, ou seja, a mesma que havia sido abandonada pelo rei

---

19 A preocupação de Jaime II com situação política castelhana também era uma questão familiar, pois D. Constança, filha de D. João Manuel era neta do rei aragonês.

20 SANCHEZ-ARCILLA BERNAL, Jose. Los privados del Rey (1325-1328). In Alfonso XI (1312-1350). Palencia: Editorial la Olmeda – Diputación Provincial de Palencia, 1995. p.121-145

21 VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. *D. Afonso I V(1291-1357).* Mem Marins: Temas e Debates, 2009, p. 219

Alfonso XI, seu atual cunhado. Sendo assim, D. Constança casou-se com o irmão da segunda esposa do seu primeiro marido, pois D. Pedro e D. Maria eram irmãos.[22]

No entanto, os acordos de cooperação entre os reinos eram tão delicados e as alianças a tal ponto mal sucedidas, que o Rei castelhano, Alfonso XI, além de repudiar a infanta D. Maria, filha do Rei de Portugal, tornou pública sua relação com Leonor de Gusmão e ainda se opôs à vinda de sua ex-esposa, a Infanta D. Constança, a Portugal a fim de que se casasse com o herdeiro do trono português, o Infante Pedro.

Segundo Lalanda, as preocupações Afonso XI em relação à consolidação do matrimônio entre D. Constança Manuel e o herdeiro da coroa portuguesa estava no peso político que o pai da noiva possuía. Ao concretizar o acordo com Portugal, D. Manuel, importante duque de Panafiel, invalidaria os acordos resultantes da aliança matrimonial da filha com o monarca castelhano e transformaria o reino português em um imprescindível aliado das suas ações políticas contra Afonso XI. Aqui é possível perceber claramente o quanto as infantas ficavam a mercê das decisões políticas. Se Afonso XI casasse com Constança Manoel, poderia contribuir para aumentar, ainda mais, a importância política do sogro, caso recusasse poderia contribuir para um acordo entre o conde de Pinafiel e o rei Português e, como consequência, perder um aliado para o reino vizinho. Diante de tal situação, Afonso XI decide romper definitivamente com Constança Manuel e,

> É então sugerido o nome da infanta portuguesa D. Maria, o que trará dupla vantagem: o perigo de haver ataques pessoais ao rei diminuirá consideravelmente, pois D. Maria tem já uma idade núbil, pelo que a sucessão será muito mais cedo garantida; com este casamento, o rei de Portugal tornar-se-á aliado de Afonso XI, impedindo assim que D. João Manuel àquele se alie[23]

A guerra entre Portugal e Castela deflagrou-se a partir de 1336 e durou até julho 1339, quando, por influência do Papa Bento XII (1334-1342) e do Rei da França, Felipe VI (1328-1350), os dois reinos assinaram a Paz de Sevilha. Por esse acordo, os territórios reciprocamente conquistados eram restabelecidos e as alianças matrimoniais confirmadas: D. Constança Manuel unia-se ao Infante Pedro, de Portugal, e a Rainha D. Maria era reassumida como esposa do Rei castelhano, Alfonso XI.

Acabou? Não. Pois D. Constança teve a infelicidade de levar para Portugal, como dama de companhia, uma linda galega chamada Inês de Castro, cujos amores secretos com Pedro I estão imortalizados na história, na literatura e no imaginário da sociedade portuguesa.

---

22 FERNÃO LOPES. Crónica de D. Dinis In *Crônicas dos sete primeiros Reis de Portugal*, Ed. de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa: Academia Portuguesa de História, vol. II, 1953, p.164-165, 1952

23 LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira. A política externa de D. Afonso IV. In, *Revista da Universidade dos Açores*, História. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. XI, 1989, p. 107-151